



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA – UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

GRACETE GOMES CAOMIQUE

**MOVIMENTOS SOCIAIS E AS POLÍTICAS DE EMPODERAMENTO
FEMININO NA GUINÉ-BISSAU: UM ESTUDO DE CASO DO MOVIMENTO
“*MINDJER IKA TAMBUR*”**

**REDENÇÃO-CE
2024**

GRACETE GOMES CAOMIQUE

MOVIMENTOS SOCIAIS E AS POLÍTICAS DE EMPODERAMENTO FEMININO
NA GUINÉ-BISSAU: UM ESTUDO DE CASO DO MOVIMENTO
“MINDJER IKA TAMBUR”

Trabalho de conclusão de Curso (TCC), apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito necessário para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades. Orientadora: Prof^a. PETI MAMA GOMES

REDENÇÃO-CE

2024

LISTA DE SIGLAS

ANP	Assembleia Nacional Popular
CEDAW	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
DW	Deutsche Welle
INE	Instituto Nacional de Estatística
MGF	Mutilação Genital Feminina
MIKAT	Movimento <i>Mindjer Ika Tambur</i>
PPM	Plataforma Política das Mulheres
RENLUV	Rede Nacional de Luta Contra a Violência no Gênero e na Criança
ULG	Universidade Lusófona da Guiné
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira VBG
VBG	Vítimas de Violência com base no género
VD	Violência Doméstica

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. JUSTIFICATIVA.....	8
3. OBJETIVOS	12
3.1 Objetivo geral.....	12
3.2 Objetivos específicos.....	12
5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
5.1 Empoderamento feminino e o movimento <i>Mindjer Ika Tambur</i>	17
5.2 Estratégias de denúncia do movimento <i>MINDJER IKA TAMBUR</i> nos últimos anos de COVID 19	18
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

1. INTRODUÇÃO

Tal como em outras sociedades africanas, as mulheres desempenham um papel central na organização econômica, política, religiosa e sociocultural na Guiné-Bissau. Essa importância é reconhecida não apenas no plano social e comunitário, mas também no âmbito legislativo do país. Por exemplo, a Constituição da República da Guiné-Bissau, no seu artigo 25º (1996), estabelece que “homens e mulheres são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, econômica, social e cultural”. No entanto, apesar da declaração constitucional de igualdade de direitos e da implementação pública dessas leis, as mulheres guineenses continuam a ser negligenciadas e subjugadas.

Um exemplo disso é o caso de Nhalim Seide, uma mulher de 38 anos, que foi vítima de uma terrível tentativa de feminicídio na Guiné-Bissau, um crime que reflete o ódio de gênero. O agressor, seu marido, justificou seu ataque hediondo com base em uma razão fútil: alegou que ela não havia preparado o almoço. Movido por raiva e agindo de maneira covarde, ele adquiriu gasolina, a jogou sobre o corpo dela e ateou fogo. Esse incidente chocante ilustra a necessidade urgente de combater a violência contra as mulheres e de promover a igualdade de gênero (MIKAT, 2022, s/p).

Para denunciar, defender os seus direitos e reduzir essas assimetrias, tem havido a mobilização de vários grupos femininos com objetivos e estratégias de intervenção voltados para promover a participação das mulheres nas esferas políticas e garantir que as suas vozes sejam ouvidas e consideradas nas tomadas de decisão como prevê a constituição da República da Guiné-Bissau e outras legislações do país.

De acordo com um levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Estatística-INE (2023, p.09), a população total da Guiné-Bissau é de 1.449.230 habitantes, sendo que 51,5% são mulheres. Embora as estatísticas mostrem que as mulheres são numericamente mais numerosas em todas as regiões do país, elas continuam a enfrentar exclusão frequente das esferas políticas e da representação pública.

Um estudo compilado pela agência Ecclesia de Lisboa (2021, online), citado pela DW Deutsche Welle DW (2021, online), revelou dados preocupantes sobre a situação na Guiné-Bissau. Conforme o estudo, 67% das mulheres já sofreram algum tipo de violência por parte dos homens, e as meninas e mulheres guineenses enfrentam diversos obstáculos na proteção e garantia de seus direitos. Além disso, o estudo aponta que 80% das vítimas de violência têm como agressores homens, tanto no âmbito familiar quanto no local de trabalho. De maneira similar, constatou-se que 44% das mulheres que têm ou já tiveram

um parceiro sofrem violência psicológica, 38% sofrem violência física, 22% sofrem violência sexual e 25% foram vítimas de violência econômica.

Esses números evidenciam que a igualdade de gênero na Guiné-Bissau está aquém do esperado, uma vez que as mulheres continuam enfrentando diversas formas de violência e desigualdade em relação aos seus direitos e oportunidades. No entanto, é importante ressaltar a existência de movimentos femininos ativos no país, como o Movimento *Mindjer Ika Tambur* (MIKAT), a Plataforma Política das Mulheres (PPM) e a Rede Nacional de Luta Contra a Violência Baseada no Gênero e Crianças (RENLUV).

O principal objetivo desses movimentos é informar, conscientizar e promover a igualdade de gênero nas famílias e na política. Também participam na disseminação e aprovação de leis de paridade. Essas iniciativas são fundamentais para impulsionar a mudança e combater as desigualdades de gênero na Guiné-Bissau.

Segundo Gomes:

considerando estas narrativas da agência feminina no âmbito da promoção de “políticas de mulheres para mulheres”, foi recentemente aprovada uma lei de quota que obriga participação ativa das mulheres nos lugares de tomada de decisão do estado nacional, isto é, nos partidos políticos, no parlamento, de modo a garantir, pelo menos, uma representação massiva de mulheres em pelo menos 36% atualmente que foi aprovado pelo parlamento no dia 2 de agosto de 2018, por unanimidade pelos 81 deputados presentes na sessão (2019,p. 50

Nos últimos anos, tem havido um aumento nos movimentos sociais que lutam pela igualdade de gênero, especialmente durante a pandemia. Um exemplo notável é o coletivo Okinkas, formado por mulheres guineenses, que iniciou suas atividades nas redes sociais em 2020. O grupo lançou campanhas formais com o objetivo de promover uma corrente de solidariedade entre mulheres negras estrangeiras em situação de vulnerabilidade no Brasil e em Portugal. Uma semana depois, criaram o Coletivo para Emancipação das Mulheres Guineenses (CEMGUI), uma organização sem fins lucrativos (Garrafão, 2020).

Esses movimentos utilizam críticas como uma ferramenta de empoderamento feminino, buscando resgatar o lugar legítimo das mulheres e encontrar soluções para combater a desigualdade de gênero no país. Eles desempenham um papel fundamental ao conscientizar a sociedade sobre questões de gênero, promover a participação e a voz das mulheres, e trabalhar para superar as barreiras que impedem a igualdade de direitos e oportunidades.

Aliás,

As mulheres, por continuarem a representar a camada mais vulnerável da sociedade (a par das crianças), São as mais afetadas pela impunidade reinante num Estado frágil, de instituições inoperantes onde apesar da existência de instrumentos que visam a proteção e defesa dos direitos dos cidadãos, nomeadamente dos direitos das mulheres, os resultados ficam muito aquém do que seria o satisfatório pois apesar da existência de tribunais existe a barreira financeira de acesso a estes mesmos, apesar da criação de centros de acesso à justiça a falta de informação e divulgação faz com que as vítimas não saibam como beneficiar dos apoios concedidos pelos centros (PNIEG, 2017, p.24).

Perante o exposto, o presente trabalho tem como principal interesse analisar a questão de gênero nos movimentos sociais e as políticas de empoderamento feminino na Guiné-Bissau, com o foco especial no Movimento *Mindjer Ika Tambur* (MIKAT). Ao longo do desenvolvimento, buscaremos responder à seguinte pergunta: quais são as estratégias e metodologias utilizadas pelo MIKAT no combate à desigualdade de gênero e na busca pelo empoderamento das mulheres na Guiné-Bissau?

Para atingir esse objetivo geral, esta pesquisa se baseia nos seguintes objetivos específicos: analisar o papel dos movimentos sociais na busca pelo empoderamento feminino na Guiné-Bissau; descrever as estratégias de denúncia e combate à desigualdade de gênero adotadas pelo Movimento *Mindjer Ika Tambur*, por fim e identificar e descrever as estratégias de empoderamento feminino utilizadas pelo Movimento *Mindjer Ika Tambur*. Assim, para viabilizar este trabalho realiza-se a pesquisa com a natureza da abordagem qualitativa sob método hipotético-dedutivo e realizada com procedimentos bibliográficos e documental.

O presente trabalho é estruturado em três capítulos distintos. O primeiro capítulo se destina a uma reflexão inicial sobre desigualdade de gênero e o papel dos movimentos. Através da análise desses movimentos, será possível desenvolver uma compreensão mais aprofundada sobre a experiência das mulheres em um contexto nacional carente de abordagens voltadas para a inclusão de gênero. No segundo capítulo, será apresentada uma descrição detalhada das estratégias e ações de denúncia implementadas pelo Movimento *Mindjer Ika Tambur* durante os últimos anos da pandemia de COVID-19. A análise dessas estratégias permitirá analisar os impactos da crise na violência de gênero e compreender a amplitude do problema, evidenciando os números de vítimas registrados pelo movimento nesse período desafiador. Por fim, o terceiro capítulo abordará o empoderamento promovido pelo Movimento *Mindjer Ika Tambur*. Serão discutidas as maneiras pelas quais o movimento tem trabalhado para fortalecer as mulheres,

capacitando-as a enfrentar a violência e a discriminação de gênero. Será apresentado um panorama das conquistas e desafios enfrentados no processo de empoderamento das mulheres por meio desse movimento.

2. JUSTIFICATIVA

Nasci, cresci e concluí os meus estudos primários no setor de Caió, localizado na região de Cacheu, norte da Guiné-Bissau. Frequentei uma escola chamada “Jovem Sem Fronteira”. Entretanto, uma vez que essa escola não oferecia o ensino médio (Liceu), decidi mudar-me para a capital, Bissau. Ingressei em uma instituição pública de ensino secundário, o Liceu Nacional Kwame Nkrumah, em 2011. Terminado o ensino médio em 2014, conhecido na Guiné-Bissau como 12º ano, dei início à minha formação em Ciências da Educação na Universidade Lusófona da Guiné (ULG), uma instituição privada.

Depois de dois anos de estudos na ULG, decidi me submeter a um processo de seleção para uma das vagas no curso de Bacharelado em Humanidades. Isso se deu por influência positiva de meus irmãos, Eurizando e Policarpo. Felizmente, obtive êxito no processo seletivo. A pós uma consideração cuidadosa e incentivo dos meus compatriotas guineenses que já estavam matriculados na UNILAB, optei por interromper meus estudos na ULG e agarrar a nova oportunidade de vir para o Brasil e para a cursar o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU), em UNILAB.

Ao chegar à Unilab e me deparar com os debates em torno de gênero, lembrei-me do meu percurso acadêmico em Bissau, onde testemunhei situações que me causam inquietação até hoje. Lembrei-me de ter tido interações e presenciados, no ambiente escolar, algumas situações que agora me convidam a algumas reflexões. Era frequente que os meus colegas de turma do sexo masculino desencorajassem as meninas a se candidatarem a cargos de liderança. Em um desses momentos, um colega nosso, sem nenhum remorso, se expressou da seguinte forma: “*mindjer ka pudi sedu chefi di turma*” - traduzindo, “*mulher não pode ser chefe da turma*”.

Esta afirmação era embasada sob a crença de que as meninas eram física e intelectualmente inferiores, o que lhes torna incapazes de defender com precisão necessária os direitos e aspirações estudantis. Em decorrência disso, as ideias e análises advindas de vozes femininas eram sistematicamente desvalorizadas mesmo quando as propostas se mostravam claramente consistentes. Estas atitudes refletem não somente a desigualdade de gênero arraigada, como também os estereótipos prejudiciais que permeiam a sociedade Bissau-guineense de nossa geração.

Na visão destes jovens-homens, as meninas padecem do conhecimento e competência para assumir cargos importantes, não podem liderar com firmeza e postura. Elas são simples donas de casa, cuidadora dos filhos, responsáveis pelos trabalhos domésticos e outras tarefas não remuneradas. Nas instituições escolares em que estudei na Guiné-Bissau, a representação feminina nos coletivos estudantis, ainda está aquém do esperado devido à falta de ofertas das vagas para cumprir os seus deveres acadêmicos ou sociais. Um desafio enorme no cotidiano na vida de mulher com várias barreiras do machismo na busca dos seus direitos, de que cargos estudantis não é limitado, mas sim são coletivos para todos os gêneros.

Retomando a minha experiência na unilab, sobretudo como discente da disciplina “identidade e Poder” no ano 2022 com a professora Janaina Campos Lobo, tivemos leituras e reflexões em torno do empoderamento feminino e das relações do gênero, destacam-se: “Pensamento feminista negra: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.” São Paulo :Boitempo, 2019,” da Hill Patrícia Collins. “Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo, Selo Negro Edições Consciência Negra em Debate, 2011”, de Carneiro, Sueli.

Essas leituras ajudaram-me a refletir numa perspectiva feminina e a compreender o empoderamento feminino como um processo desencadeado pelas mulheres para buscar e garantir a igualdade de direitos e autonomia da mulher na sociedade. Um processo de luta coletiva contra as desigualdades de gênero em várias esferas da vida social, incluindo a participação política, acesso à educação, acesso à justiça e mobilidade social. No entanto, o empoderamento feminino vai além disso é o meio também para reduzir as desigualdades sociais, dando uma maior agência às mulheres para garantir a sua representatividade nos espaços públicos e de tomada de decisões (formais e informais).

Os debates empreendidos na disciplina, cutucaram a minha memória e fizeram-me pensar nas questões das relações de gênero na Guiné-Bissau. Para aprofundar, comecei a pesquisar, textos que discutem sobre a realidade de mulheres Bissau guineense em perspectiva sócio-política. Ao longo desta busca, encontrei algumas pesquisas dos estudantes guineenses na unilab: pesquisa de Binimba Djata trabalho de conclusão do curso de graduação (TCC) em Bacharelado em humanidades (2018) propôs estudar a desigualdade de gênero na política na Guiné-Bissau pós-abertura democrática; da Dala Djop, TCC (Bacharelado em Humanidades) - UNILAB, 2021, “Desigualdade de gênero na Guiné-Bissau: um estudo sobre a implementação da lei de paridade e o desafio da participação das mulheres guineenses na esfera pública” e dissertação de Peti Mama

Gomes voltada em mulheres em associação na Guiné-Bissau: Gênero e poder em *Babok e Bontche*, (2019) que discute as ações coletivas das mulheres, seja em associações ou cooperativas, em atividades como comércio, costura ou agricultura. A antropóloga ainda lembra que as mulheres representam uma grande parcela da força de trabalho do país. No entanto, apesar desse significativo envolvimento, o sistema patriarcal ainda persiste no cotidiano guineense. Também acessei o documento sobre lei de paridade que fixa quotas das mulheres nas esferas de tomadas de decisão na Guiné-Bissau, publicado pela Assembleia Nacional Popular (ANP) em 2018.

Peti Mama Gomes e Artemisa Odila Cande Monteiro mostra que:

Em agosto de 2018, o parlamento da Guiné-Bissau aprovou a lei das quotas com 76 votos a favor, atribuindo uma quota de 36% de lugares elegíveis ocupados pelas mulheres no parlamento nacional, constituindo assim um princípio de construção de igualdade e equidade representativa nos órgãos de decisão com vista a maior democraticidade do poder político, na qual a agenda para igualdade constitui o elemento central da transformação desejada[...] (GOMES E CANDE MONTEIRO, 2020, p.152)

Essa experiência ampliou o meu interesse no assunto e me fez perceber a importância de abordá-lo em meu trabalho de conclusão de curso, uma vez que ele ainda é pouco estudado na Guiné-Bissau. Após a leitura de relatórios e trabalhos científicos relacionados ao tema, ficou evidente para mim a existência de desigualdades significativas entre homens e mulheres em diversas áreas, incluindo educação, economia, justiça, saúde e política. No desenvolvimento da minha pesquisa, também observei que, apesar do cenário de alta desigualdade de gênero, existem estratégias que estão sendo implementadas por Organizações Internacionais, o Governo Guineense e os Movimentos Sociais de jovens mulheres. Tais constatações ressaltam a urgência de se promover a igualdade de gênero e de se criar um ambiente no qual as mulheres possam participar plenamente e contribuir em todos os setores da sociedade guineense. Este trabalho de conclusão de curso busca contribuir para a conscientização sobre esse tema essencial e destacar as possíveis abordagens para combater as desigualdades de gênero.

Como foco de análise, optei por investigar o papel dessas entidades no processo, concentrando-me especificamente no caso do movimento “*Mindjer Ika Tambur*” (MIKAT). Esse movimento é uma organização não governamental apartidária e sem fins lucrativos, que foi estabelecida em 7 de dezembro de 2020. De acordo com a coordenadora, Yolanda Garrafão (2023), a ideia de fundar o MIKAT surgiu após a

campanha “*Mindjer Ika Tambur*”, que se enquadra no contexto de uma intervenção social de um grupo de ativistas feministas. Essas ativistas estavam preocupadas com o aumento das violências no país durante a pandemia de COVID-19. A referida campanha foi uma ferramenta essencial para denunciar os atos de violência que afetam meninas e mulheres na sociedade guineense, principalmente dentro do ambiente familiar. Ao abordar o papel do MIKAT, pretendo analisar como essa organização está contribuindo para conscientizar a sociedade sobre as questões de gênero e para combater a violência contra mulheres. Através de suas ações e iniciativas, o movimento busca promover uma mudança de mentalidade e estimular ações efetivas para melhorar a situação das mulheres na Guiné-Bissau.

As ações do movimento são voltadas para apoiar as crianças, adolescentes, jovens, meninas e mulheres. Conforme a fala de socióloga Yolanda, as “vítimas de Violência com base no gênero (VBG), Violência Doméstica (VD), Empoderamento Feminino, Igualdade de gênero, Mutilação Genital Feminina (MGF) casamento infantil, forçado e arranjado e direitos humanos das mulheres e meninas” (MIKAT, 2023, s/p.) em todo território nacional, ou seja, no setor autônomo de Bissau e nas regiões.

Campanhas públicas e fotos imagens de encenações baseadas numa foto publicada de vítima na rede social, para mostrar a realidade de ser mulher no contexto de violência ou de situação de vulnerabilidade na Guiné-Bissau. Essa estratégia ajudou bastante no modo de combater com colaborações da nova geração que levaram à população mensagens de denúncias das violências contra mulheres através de música e sensibilizar o povo a nível regional e nacional. A MIKAT também sensibiliza as mulheres e jovens a respeito da liberdade, igualdade, Saúde, Educação e Justiça, incentivando-as a não ficar silenciadas perante opressões vivenciadas na família, mercado de trabalho e noutros âmbitos.

Os dados do Banco Mundial (2022) mostram que, na Guiné-Bissau, 30% das mulheres jovens não estão estudando, trabalhando ou treinando. 52% das mulheres de 15 a 49 anos passaram pela mutilação genital feminina. No parlamento nacional, os homens ocupam 6,3 vezes mais assentos do que as mulheres. Além disso, 4 em cada 5 mulheres de 15 a 49 anos estão em posições de vulnerabilidade no emprego. Esta situação tem constituído a preocupação da sociedade civil e levou a criação de vários movimentos sociais voltados a questão e da igualdade do gênero na Guiné-Bissau, dentre eles destacam-se: Plataforma política das mulheres (PPM), a Rede Nacional de Luta Contra a

Violência Baseada no Gênero e Crianças (RENLUV), Movimento Mindjeres Nô Lanta (MIGUILAN) e Movimento *Mindjer Ika Tambur* (MIKAT).

Esse trabalho se justifica por três razões: político, social e acadêmico. É um tema atual e pertinente. Primeiro, discute as estratégias de empoderamento a partir de uma perspectiva não governamental, elegendo os movimentos sociais como centro da análise. Segundo, traz à tona os mecanismos usados pelas mulheres guineenses para responder à ausência de políticas públicas ativas voltadas ao empoderamento feminino. Terceiro, acreditamos que esta pesquisa vai contribuir na mudança acadêmica e servirá de amparo teórico e bibliográfico para futuras produções como um instrumento de desenvolvimento nos debates, palestras, conferências e no ensino guineense nesse âmbito. Espera-se que esta pesquisa no combate à desigualdade de gênero e na consolidação do empoderamento feminino na Guiné-Bissau.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

- ❖ Analisar o papel do Movimento *Mindjer ika Tambur* no combate à desigualdade de gênero e busca pelo empoderamento das mulheres na Guiné-Bissau.

3.2 Objetivos específicos

- ❖ Analisar o papel dos Movimentos sociais na busca pelo empoderamento feminino na Guiné-Bissau;
- ❖ Descrever as estratégias de denúncia e de combate à desigualdade de gênero usadas pelo Movimento *Mindjer ika Tambur*;
- ❖ Identificar e descrever as estratégias de empoderamento feminino usadas pelo Movimento *Mindjer ika Tambur*.

5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O crescente interesse e a importância cada vez maior do estudo dos movimentos sociais como uma área das ciências sociais estão intimamente relacionados com a forma como seu objeto de estudo se desenvolveu ao longo do tempo. No início da década de 1960, muitos sociólogos acreditavam que a sociedade havia alcançado um estágio de

desenvolvimento no qual o consenso pluralista e pragmático, em vez de protestos, resolveria os conflitos sociais (Della Porta; Diani, 2015).

No entanto, essas expectativas revelaram-se equivocadas, pois a década de 1960 foi marcada por ativismo, tumultos, manifestações, ocupações, greves e várias outras formas de ação coletiva. Nas últimas décadas, os movimentos sociais surgiram como uma característica comum e central no cenário político global (Della Porta; Diani, 2015).

Diversas formas de mobilização surgiram, abrangendo o espectro político de esquerda como os movimentos estudantis, feministas, pacifistas e ambientalistas, assim como organizações de direita, incluindo o movimento pró-vida, movimentos religiosos e o movimento de extrema-direita (Bert Klandermans; Conny Roggeband, 2010).

Segundo Della Porta e Diani (1999), os movimentos sociais são redes informais que se baseiam em crenças compartilhadas e solidariedade. Esses movimentos se mobilizam em torno de questões conflituosas e frequentemente utilizam várias formas de protesto como meio de expressão.

Os estudos sociológicos sobre movimentos sociais podem, segundo Smith; Tina e Fetner (2010), ser classificados em duas abordagens principais: estrutural e cultural. A perspectiva estrutural concentra-se na distribuição de recursos materiais e nas organizações e instituições que regem essa distribuição. Enquanto a abordagem cultural enfatiza como indivíduos e grupos percebem e interpretam essas condições materiais

No entanto, pode ser desafiador distinguir entre as condições materiais reais e as percepções populares sobre elas. Por exemplo, categorias como gênero, classe ou etnia, que classificam os indivíduos, são definidas estruturalmente, mas sua relevância sociológica decorre não apenas de sua existência, mas também dos processos culturais pelos quais os indivíduos definem suas identidades de grupo com base nessas categorias estruturais (Smith; Tina Fetner, 2010).

No contexto africano, os movimentos sociais abrangem uma ampla gama de atores. Esses atores incluem indivíduos e grupos informais que se reúnem por meio de ações sociais conjuntas ou causas compartilhadas. Na região, os movimentos sociais são caracterizados por duas dimensões principais: uma identidade coletiva e uma visão compartilhada e crença em uma causa social comum (Elongué, 2019).

Os movimentos sociais têm desempenhado um papel de extrema relevância na redefinição dos contratos sociais e na responsabilização do Estado na história recente da África. Exemplifica-se esse impacto por meio de movimentos como a mobilização contra o apartheid na África do Sul (1912-1992), a campanha contra os diamantes de sangue em

Serra Leoa, o movimento das mulheres na Libéria (2003-2004), os “protestos da comida” de 2008 em Burkina Faso e Camarões, a Primavera Árabe de 2011 no Egito, Marrocos, Líbia e Tunísia, e o movimento #TaxePasMesMo2 em Benin em 2018 (Elongué, 2019).

No passado, os estudos sobre os movimentos das mulheres se concentraram em questões relacionadas aos direitos humanos, justiça e igualdade. Ela problematiza a questão de como as mulheres, como um grupo marginalizado, se organizam para lutar por seus direitos, analisando sua emergência, estratégias e impacto (Leslie, 2006).

Nos dias atuais, os movimentos sociais têm sido percebidos como um fator importante na eliminação da exclusão social e na ajuda aos pobres para obterem seus direitos de acesso às necessidades básicas. Eles desafiam as políticas estatais que resultam no aumento da pobreza e na marginalização de grupos de pessoas (Elongué, 2019).

O nexó entre ação e reação é o que caracteriza as associações ou movimentos de mulheres na África, molda a sua agenda e estratégias de busca por empoderamento. A ação coletiva das mulheres tem suas raízes em três principais fatores: O primeiro é o mecanismo indígena de mobilização e cooperação das mulheres; o segundo são as experiências históricas de colonização e o terceiro é a realidade atual da globalização corporativa. (STEADY, 2006).

Na literatura feminista ocidental, acredita-se que, nas sociedades contemporâneas, o repertório discursivo e as práticas sociais continuam sendo permeados por uma forte desigualdade de gênero. Em decorrência disso, as mulheres são relegadas a posições marginais em termos de acesso ao mercado de trabalho, representação política e liberdade de expressão. Os movimentos sociais estão, nesse sentido, lutando pela transformação e mudança democrática de uma sociedade mais justa e coesa, levando as ideologias e objetivos à população por justa causa que é igualdade de gênero.

A União Africana (2021, p.10), encara a desigualdade de gênero como existência de oportunidades desiguais ligadas ao gênero, aos papéis de gênero e às expectativas relacionadas ao acesso e controle de recursos sociais, econômicos e políticos, incluindo proteção legal (como serviços de saúde, educação e direito de voto).

No entanto, os trabalhos de Oyěwùmí (2004) e Gomes (2019) sobre gênero na África ressaltam a importância da relatividade cultural e questionam a universalidade dos conceitos de gênero. Segundo essas autoras, o gênero é moldado por contextos culturais específicos, o que leva a uma compreensão mais ampla e flexível.

No continente africano, os movimentos de mulheres dedicam-se a enfrentar desafios econômicos e políticos, priorizando objetivos sociais e centrados no ser humano,

para além da igualdade de gênero. Seus esforços são direcionados para combater políticas exploradoras e regimes autoritários, por meio de estratégias como a defesa de instituições e políticas democráticas, desafio ao subdesenvolvimento, acesso a recursos, ajuda mútua, e promoção da educação formal e não formal. Essas associações valorizam a preservação de elementos culturais que garantam a segurança humana e promovem um feminismo com orientação humanística e intenção transformadora (Steady, 2006).

Na mesma linha do raciocínio, Lobo e Godinho Gomes (2021, p.14) sublinham que é preciso compreender a categoria social por meio da vida e debatê-la para que possamos agir em relação à questão de gênero, tanto dentro quanto fora da África. Utilizando mecanismos necessários para sensibilizar a sociedade sobre o gênero.

Esses estudos destacam a existência de múltiplas categorias de gênero além do binômio masculino e feminino nas sociedades africanas. Ressaltam a complexidade e diversidade das experiências de gênero nas diversas culturas e endossam uma compreensão inclusiva e culturalmente sensível do gênero na África.

De acordo com Caomique (2021), exigir precaução e desconfiança para com os discursos feministas ocidentais sobre a mulher africana não constitui sectarismo e nem inveja intelectual, pelo contrário, é reconhecer que os conceitos e teorias são limitados e questionáveis, uma vez que a sua construção pode ser baseada numa lógica de racialização do conhecimento e de legitimação tendenciosa e seletiva. Não se reclama a exclusividade da ação (serem africanas a falar da África), mas um apelo a mais criticidade e contextualização dos discursos sobre a mulher no continente africano (endogeneidade e vigilância epistêmica).

Gomes Godinho (2015), nos convida a revisitar a história recente da Guiné-Bissau e como mudanças nas estruturas de poder levou as mulheres a mobilizarem novas formas e objetivos de lutas. No quadro da luta armada, por exemplo, as mulheres tiveram um papel predominante, servindo-se em quase todos os planos – estratégico, ofensivo, defensivo e logístico. No entanto, as dinâmicas políticas pós-coloniais não preservaram esse lugar das mulheres e contribuíram tanto para a diminuição do poder de tomada de decisões quanto a emergência de medidas de resistência à sua marginalização.

Essa reorientação no papel da mulher deve, segundo Djata (2018, p.18), as “[...] oportunidades e capacidades iguais de ter a liberdade de conduzir as suas vidas, levando em conta a equidade de gênero para evitar possíveis desigualdades [...], que deveria iniciar no âmbito familiar e prolongar-se para outras esferas que a vida proporciona”. Nesse

contexto, a igualdade deve constituir o eixo definidor dos debates, explicando os obstáculos e importância como forma de reduzir a desigualdade.

As ações coletivas e mobilizações feitas pelas mulheres na Guiné-Bissau são, na visão de Gomes (2019), para o bem do continente africano, principalmente na sociedade guineense, uma vez que está além de confronto Homem/Mulher, englobando as lutas contra a pobreza, cultivando a terra e fazendo comércio a fim de dar educação dos seus filhos e ter uma vida digna no sector autónomo de Bissau e nas regiões do país.

Essas mobilizações têm impactado, ainda que seja de forma tímida, as políticas públicas e projetos de desenvolvimento da Guiné-Bissau. Aliás,

Os últimos governos através das lutas femininas buscam soluções para reverter as situações de desigualdades social e política baseada no gênero nas instituições estatais no país. O que justifica, tendo em conta, um progresso nos debates públicos (nas rádios, na televisão nas assembleias, nas sedes de partidos) em torno das questões femininas que ganharam espaço no cenário público, originando a provação de algumas leis que resulta em demandas de mulheres nos programas sociais, ações afirmativas e políticas pública para suas inserções. (GOMES; MONTEIRO, 2020 p.150).

O debate a respeito da desigualdade de gênero e o empoderamento feminino ganhou espaço no contexto político e familiar. Envolvendo diversas entidades atores sociais, entre eles: coletivos locais, grupos de *mandjuandadi*, projetos acadêmicos, Organizações Internacionais, e diferentes estratégias de lutas - confronto direto, marchas, protestos virtuais, incentivo às denúncias e adoção de medidas resiliências materiais.

O movimento *Mindjer Ika Tambur* é um exemplo dessas mobilizações. Um coletivo cujo o principal objetivo é lutar contra a discriminação e a marginalização que as mulheres enfrentam. Esse movimento busca, na maioria de casos, usar uma pedagogia de negociação, promovendo uma evolução harmoniosa desses grupos, incluindo todos os indivíduos.

Isso porque,

a igualdade de gênero também é importante como instrumento de desenvolvimento. Conforme mostra este Relatório, a igualdade de gênero representa uma economia inteligente: ela pode aumentar a eficiência econômica e melhorar outros resultados de desenvolvimento de três maneiras. Primeiro, removendo barreiras que impedem as mulheres de ter o mesmo acesso que os homens têm à educação, oportunidades econômicas e insumos produtivos podem gerar enormes ganhos de produtividade — ganhos essenciais em um mundo mais competitivo e globalizado. Segundo melhorar a condição absoluta e relativa das mulheres introduz muitos outros resultados de desenvolvimento, inclusive para seus filhos. Terceiro, o nivelamento das condições de competitividade —onde mulheres e homens têm chances iguais para se tornar social e politicamente ativos, tomar decisões e formular políticas —provavelmente gerará no decorrer do tempo instituições e escolhas de

políticas mais representativas e mais inclusivas, levando assim a um melhor caminho de desenvolvimento. Avalie um de cada vez. (BANCO MUNDIAL, 2012, p.12).

5.1 Empoderamento feminino e o movimento *mindjer ika tambur*

De acordo com Steady (2006), o empoderamento é a capacidade das mulheres de mobilizar recursos políticos, econômicos, educacionais, humanos, sociais e culturais. Seu objetivo é promover o desenvolvimento, a democratização e a cidadania responsável. Nesse sentido, o empoderamento é expresso tanto dentro quanto fora dos processos políticos formais, priorizando o desafio aos efeitos prejudiciais da economia global sobre as mulheres africanas. A pobreza generalizada evidente na maioria dos países do Sul Global, especialmente na África, é vista como uma crise de desenvolvimento e uma fonte de desempoderamento.

Steady (2006) salienta que duas associações do Sul Global podem ser citadas como pioneiras no desenvolvimento da abordagem do empoderamento em resposta à crise de desenvolvimento nas décadas de 1970 e 1980. Nomeadamente: *The Association of African Women for Research and Development (AAWORD)* e *a Development Alternatives for Women in a New Era (DAWN)*. Ambas desafiaram a ideia de integração das mulheres no desenvolvimento que era popular nos círculos internacionais na época. Elas a consideravam baseada em uma economia política global exploradora que resultava em empobrecimento maciço do Sul Global.

Propuseram alternativas que baseiam em quatro principais requisitos: O primeiro critério é a mobilização das mulheres por meio de associações femininas de base, que desafiem o *status quo* e exijam mudanças e transformações sociais. O segundo critério envolve o fortalecimento das habilidades, educação, treinamento e capacidade legal das mulheres. O terceiro critério busca promover os direitos das mulheres e seu acesso a recursos estratégicos, como terra, financiamento, instalações e serviços. Por fim, diversos fatores são considerados essenciais para promover o empoderamento das mulheres, como a promoção da autodeterminação, autonomia, opções e autossuficiência por meio de associações femininas (Steady, 2006).

Lembrando que, o conceito de empoderamento ainda é pouco presente nos debates, nas organizações políticas e, até mesmo nas famílias, especialmente na Guiné-Bissau. De acordo com Cordeiro e Oliveira (2022) esse debate é, em alguns casos, encarado como uma tentativa de se desvincular das normas e padrões estabelecidos pela sociedade. Metade da população global é composta por mulheres, e essa grande parcela

sofre com discriminação social, familiar e econômica, além de enfrentar ameaças de violência física, agressões e outras dificuldades simplesmente por ser mulher.

5.2 Estratégias de denúncia do movimento *MINDJER IKA TAMBUR* nos últimos anos de COVID 19

Nos últimos anos e nos momentos de pandemia COVID 19 se verifica aumento de casos da violência contra mulheres e no que se refere a admissão nos postos de serviços. Nesse período é um grande desafio para as meninas e mulheres, a ter vivência digna e os seus direitos no lar. Como afirmam autoras:

[...] A pandemia, de certa forma, deu realce aos desafios das mulheres guineenses, assim como as desigualdades sociais, sobretudo, de gênero, nas esferas sociais, econômicas, educacionais, espaços públicos, sobrecarga dos trabalhos dentro e fora de casa, mostrando a relação de poder existente na sociedade guineense. Contudo, dessas várias responsabilidades e sobrecarregadas de tarefas familiares em busca de sobrevivência durante a pandemia, acirraram-se o desespero e o tumulto dentro de casa, acarretando diferentes tipos de violências. (GOMES e MONTEIRO, 2022, p. 82).

Para essas autoras, as mulheres constituem uma parcela da sociedade mais afetada pela COVID-19 devido ao fato de que muitas dependiam de empregos informais diários como principal fonte de renda. As medidas de prevenção decretadas pelo Estado resultaram na perda dessa renda, o que aumentou as dificuldades econômicas enfrentadas por elas. Isso tem sido uma causa para o aumento da violência no país, uma vez que muitas mulheres não conseguem contribuir financeiramente para o sustento familiar.

Nesse contexto, o Movimento *Mindjer Ika Tambur*, uma organização não governamental, adota várias estratégias de luta, incluindo o uso da música e da Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs). Em outras palavras, eles buscam conscientizar a população e as instituições públicas na Guiné-Bissau por meio da divulgação de casos de violência de gênero nas redes sociais, rádios e televisão nacional (TGB). Trabalhando em colaboração com rádios e televisão, os artistas da nova geração produzem músicas com o objetivo de sensibilizar a população, que muitas vezes têm pouco conhecimento sobre a negação do corpo feminino nas tomadas de decisão tanto em cargos públicos quanto dentro da própria família. Essas músicas também abordam a falta de tempo disponível para as mulheres cuidarem das atividades domésticas e da casa.

Para ilustrar essas estratégias, apresentaremos a música de denúncia contra a violência do artista Wizard htf, intitulada “Mindjer Ika Tambur”, lançada em 23/11/2020 no decorrer da pandemia da COVID-19:

Mindjer...	Mulher...
Mindjer i ka tambur	Mulher não é tambor
Mindjer i balur	Mulher é valor
Mindjer i ka di riquiti na nim um parti	Mulher não é de beliscar em nenhuma parte
Mindjer i obra de arti	Mulher é obra de arte
Sangue de mindjer i sagradu	Sangue da mulher é muito sagrada
Sangue de mindjer ka dibi di darmadu	Sangue da mulher não deve ser derramado
....
Kabu suta mindjer, kabu maltratal, Seta lembra mindjer ku padiu mindjer	Não bate em mulher, não maltrata mulher, lembrete que mulher que te deu à luz mulher
I special, Kabu koba mindjer, kabu kastigal	Ela é especial, não a ofenda mulher, não a castiga
Valorizal kabu dixa nim um segundo pá i fika mal.	Valorize não o deixa nenhum segundo com mágoa
Ko dixa sorriso abandona si cara, si yarau tchomal na Rispitu pabo Kombersa,Quando	Não o deixa sorriso dela abandonar o rosto, se caso ela cometeu um erro chame-a com respeito para conversar
...	...
Kabu sutal na casa ku fadi na rua,	Não bate nela em casa nem na rua,
Su tene e mentalidade kaba kel, mindjer ipa rispita.	Se tens esta mentalidade é melhor terminar com ela, mulher é para respeitar,
sinti parel, luta parel,	Dê-lhe atenção
randja atenson bu dal	Protege-a, não o ofenda
Protegil kabu kobal	
firma parel, kabu goza kuel	Seja firme para ela não pensa em brincar com a vida dela
Nunca kabu dispresal	Nunca a despreza
pabia uka pudi pagal	Porque, você não pode pagar tudo o que ela fez

<p>Mindjer i ser humano suma bo, kuida ku si vida suma kuta kuida ku díbo</p> <p>Tanto bu irmã, tanto bu mamã, bu tia, bu visinha.</p> <p>Mindjer sempre i mereci alegria</p>	<p>Mulher é ser humano como você, cuida dela como se fosse a si mesmo,</p> <p>Tanto a sua irmã, quanto a sua mãe, a sua tia, assim como a sua vizinha.</p> <p>Mulher sempre mereci alegria</p> <p>Refrão:</p> <p>Estou pedindo favor, Não faça mulher tambor, Não a faça sentir dor.</p> <p>Mulher tem valor, (mulher tem valor) (bis)</p> <p>Sou mulher</p> <p>Mulher não merece restos</p> <p>Mulher é uma bênção</p> <p>Mulher tem um coração</p> <p>Mulher não é vaca nem cabra</p> <p>Mulher é uma joia rara.</p>
---	--

Fonte: Youtube: https://youtu.be/2l3_pUaUjhQ

Essa música não tem um caráter meramente lúdico, mas apresenta também e sobretudo, um objetivo pedagógico e de renovação dos métodos de intervenção social. O uso da língua guineense “*kriol*”, das rádios e das plataformas digitais como meio de difusão dessa mensagem foi didaticamente certa, pois proporciona um maior acesso e compreensão do conteúdo da música e ajudou a ampliar o debate. Lançou-se um convite a desnaturalização da violência física e psicológica contra mulher e a necessidade de repensar as práticas nefastas contra elas praticadas.

Para além do investimento da dimensão audiovisual, O MIKAT também explorou o caráter pedagógico e mobilizador das imagens difundidas nas redes sociais.

Para enfrentar essa realidade na Guiné-Bissau, um conjunto de jovens mulheres decidiram lançar a campanha “*Mindjer Ika Tambur*”. A campanha baseia-se numa produção fotográfica que reporta o efeito da violência física nas mulheres, designadamente hematomas ficcionais que pretendem chamar a atenção sobre as agressões a que estão sujeitas as mulheres e ao mesmo tempo incentivar a denúncia sobre os corpos e vozes silenciadas (MIKAT,2023, s/p)

Nas considerações de pesquisadoras guineenses que trabalham com perspectivas de gênero no país, a campanha “*Mindjer Ika Tambur*” é considerada uma resposta corajosa e criativa à realidade da violência contra as mulheres na Guiné-Bissau. Ao criar uma série de fotografias com hematomas fictícios, o objetivo é ilustrar visualmente o impacto da violência física nos corpos das mulheres; uma pedagogia “radical” de sensibilizar a sociedade para a necessidade de enfrentar e combater esse problema, encorajando as vítimas a denunciarem os abusos e rompendo com o silêncio que muitas vezes as envolve.

Figura 1: Representação de casos de violência física



Fonte: Página do Movimento *Mindjer Ika Tambur*, 2023.

Figura 2: Representação de casos de violência física



Fonte: Página do Movimento *Mindjer Ika Tambur*, 2023.

O uso das redes sociais e outras plataformas digitais como espaço de denúncia e mobilização contra a violência contra as mulheres, ajudou na divulgação do trabalho do *Movimento Mindjer Ika Tambur* no setor autônomo de Bissau e nas regiões. Esses esforços resultaram na criação de vários projetos e sessões de formação voltados à proteção dos direitos das mulheres, inclusive o projeto “*suta mindjer kaba dja*” financiado pelo PNUD.

O projeto *Suta mindjer Kaba Dja* (pare de bater em mulheres), é um dos projetos comunitários financiados pelo PNUD através da plataforma *Na No Mon* e implementado pela organização *Mindjer Ika Tambur*. Este projecto educativo visa dar resposta aos problemas de violência de género diagnosticados na sociedade guineense, tanto no meio rural como no urbano, onde a cultura do “*Matchundade*” (o homem é que manda) é fortemente verificada. A agressão é frequentemente “justificada” por agressores com base em fatores culturais, étnicos e religiosos. (MIKAT,2021, s/p).

Como parte dessa campanha, o MIKAT efetuou, em 18 de abril de 2020, no Liceu Dr. Agostinho Neto em Bissau, uma formação com o tema: “O género (Mito de origem da mulher, feminismo e machismo)”. Essa formação permitiu partilhar impressões sobre a representação da mulher no imaginário social, estratégias de denúncia e de combate às práticas abusivas no ambiente familiar e laboral na Guiné-Bissau.

Figura 3: Sessão de formação do MIKAT



Fonte: Página do Movimento *Mindjer Ika Tambur*, 2023

Figura 3: Sessão de formação do MIKAT



Fonte: Página do Movimento *Mindjer Ika Tambur*, 2023.

As primeiras formações preferiram as mulheres, mas, posteriormente, o movimento ampliou o diálogo, principalmente com os artistas considerados nacionalmente como parte de “nova geração”. Eles se tornaram importantes portadores de mensagens através da arte musical no país.

6. METODOLOGIA

Para realizar uma pesquisa científica, é importante seguir um caminho coeso e científico. Nesse sentido, pretendemos adotar uma abordagem qualitativa. Para coletar dados, inicialmente iremos utilizar procedimentos bibliográficos e documentais, buscando estudar sob um método hipotético-dedutivo para compreender os problemas de conhecimento existentes. A abordagem qualitativa é considerada eficaz para aprofundar estudos sociais de grupos específicos de indivíduos.

Primeiramente, faremos uma análise das entrevistas com vítimas de violência, buscando compreender as barreiras enfrentadas pelas mulheres. Conforme John W. Creswell (2007), a pesquisa qualitativa é uma estratégia que permite ao pesquisador compreender as realidades sociais e coletar dados para entender a trajetória real de vida dos participantes ou das instituições pertencentes a esse grupo específico.

De acordo com Antônio Carlos Gil (2002), a pesquisa bibliográfica serve como base para o pesquisador, utilizando materiais disponíveis de pesquisas científicas anteriores, como artigos científicos, monografias, livros, fontes bibliográficas, teses e dissertações produzidas no tema relacionado à Guiné-Bissau, tanto no país de origem quanto na diáspora, principalmente na UNILAB. O (a) pesquisador (a) utiliza esses trabalhos para aprofundar o tema com a contribuição de cada autora. Por sua vez, a pesquisa documental se refere a materiais de primeira mão registrados por organizações, escolas, empresas e outras fontes, como páginas no Facebook, vídeos no YouTube e documentos impressos, imagens, fotos e músicas publicados pelo movimento *Mindjer Ika Tambur*, com o objetivo de fornecer credibilidade ao projeto.

Na pesquisa documental, as fontes são diversificadas e dispersas. Elas incluem documentos não analisados, como os conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, como associações científicas, igrejas, sindicatos e partidos políticos. Também estão incluídos documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios e boletins (GIL, 2023).

De natureza igual realizaremos entrevistas semiestruturadas como parte da pesquisa de campo. Conforme Uwe Flick (2013), por meio dessas entrevistas, o(a) entrevistador(a) poderá preparar perguntas que serão feitas aos participantes, visando obter informações e compreender suas percepções sobre desigualdade de gênero. As entrevistas serão realizadas por meio da plataforma Google Meet, com perguntas abertas direcionadas aos guineenses, focalizando diferentes categorias. A escolha dos

entrevistados será baseada em grupos, sexo, classe social e diferentes faixas etárias. Entrevistaremos, envolvendo dois estudantes do ensino superior em Bissau, dois residentes no Brasil, coordenadora do movimento, quatro famílias casadas, quatro funcionários públicos e dois representantes dos movimentos sociais em Bissau, através do Google Meet. Dessa forma, facilitaremos a compreensão das ideias e visões da população sobre gênero e violências. As informações fornecidas pelos participantes serão cuidadosamente protegidas para preservar a privacidade dos(as) entrevistados(as).

A amostra final consistirá em 14 participantes, sendo 7 homens e 7 mulheres, com idades variando de 18 a 60 anos. A participação será direta, por meio de perguntas abertas, permitindo que os entrevistados expressem suas opiniões sobre as questões apresentadas e contribuam para a pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial de Igualdade de Gênero e Desenvolvimento. Washington: Banco Mundial, 2012.

BONALUME, C. R.; ISAYAMA, H. F. Movimentos sociais de mulheres e o direito ao lazer. Revista Brasileira de Estudos do Lazer. Belo Horizonte, v. 7, n.3, p.3-24, set./dez. 2020.

CAOMIQUE, Policarpo Gomes. O debate sobre a condição da mulher na África subsaariana: alguns aportes teóricos. In: Anais Seminário Discente PPGS/USP: Das cátedras ao PPGS. 2021. Pp. 290-336.

CRESSWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto/John W. Creswell; tradução Luciana de Oliveira da Rocha-2ed-Porto Alegre: Artmed, 2007. 248p.: il. ,23cm.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **Introduction.** In: The Oxford Handbook of Social Movements. (2015).

DELLA PORTA D. & DIANI M. **Social Movements: An Introduction.** Oxford, Blackwell. 1999.

DJATA, Binimba A desigualdade de na política guineense pós-abertura democrática (1994-2014). 2018.

ELONGUÉ, C. Vandyck C. K. (2019). Social Movements and Social Change in Africa. WACSERIES Op-Ed, No 3 April 2019, West Africa Civil Society Institute, Accra, Ghana.

Flick, uwe. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes/Uwe Flick; tradução: Magda Lopes; revisão técnica: Dirceu da Silva. -Porto Alegre: Penso, 2013. 256 p.: il, 25cm.

Gil, Antônio Carlos, 1946- Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

GOMES, Patrícia Godinho. O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar. Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História, v. 12, n. 19, 2015. p.168-1

GOMES, Peti Mama. Mulheres em associação na Guiné-Bissau: gênero e poder em Babock e Bontche. Dissertação de (Mestrado apresentado ao Programa Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), 2019.

GOMES, Peti Mama; MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. OS DESAFIOS DA LEI DE PARIDADE NA SUA DIMENSÃO SOCIAL E POLÍTICA. Cadernos de África Contemporânea, v. 3, n. 6, p. 146-156, 2020.

GOMES, Peti Mama; MONTEIRO, Noemia Armando. Guiné-Bissau: revolução anti-imperialista inacabada. / Bruno Gomes, G964 Natalino Neves da Silva. – Alfenas – MG: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2022. 212 f.: il.

LESLIE, Agnes Ngoma. Social movements and democracy in Africa: the impact of women's struggle for equal rights in Botswana. Routledge, Taylor & Francis Group. 270 Madison Avenue, New York, NY 10016.

LOBO, Andréa; GOMES, Patrícia Godinho. Mulheres por dentro e por fora de África: caminhos e possibilidades no debate de gênero. AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos, v. 6, n. 6.

MIKAT, Movimento Mindjer Ika Tambur 2022 <https://falauniversidades.com.br/yolanda-garrafao-coordenadora-do-mindjer-i-ka-tambur/>.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

SANTOS, A. C. dos; FARIAS, D. T. M.; PEREIRA, R. F. dos S.; BARROS, A. de. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E O MITO DO AMOR ROMÂNTICO. Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais-UNITALAGOAS, [S.l.],v.2,n.2,p.105–120,2014.Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/1810>. Acesso em: 5 maio. 2023.

SILVA, Eugénio Alves da. As metodologias qualitativas de investigação nas Ciências Sociais. Revista Angolana de Sociologia 12 (2013): 77-99.

SMITH, Jackie; FETNER, Tina. Structural Approaches in the Sociology of Social Movements. Handbook of Social Movements Across Disciplines. Springer, New York; 2010.

STEADY, Filomina Chioma. Women and collective action in Africa: development, democratization, and empowerment. New York. Palgrave Macmillan Press, 2006.

OUTRAS FONTES

África: 67% das mulheres na Guiné Bissau «já sofreu violência 2021. <https://agencia.ecclesia.pt/portal/africa-67-das-mulheres-na-guine-bissau-ja-sofreu-violencia/>

CEDAW Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 18.12.1979, https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf

IGUALDADE DE GÉNERO, EMPODERAMENTO DA MULHER (GEWE) EVIEM EM ÁFRICA. https://au.int/sites/default/files/documents/41625-doc-AU_GEWEE_Advocacy_Brief_PORTUGUESE_Final.pdf

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA INE Guiné-Bissau 2023 https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-03/ESTATI%CC%81STICA%20DE%20GENERO%20GUINE%CC%81%20BISSAU%202023_230328_101506.pdf

Maioria das mulheres guineenses já foi vítima de violência. DW 2021

<https://www.dw.com/pt-002/maioria-das-guineenses-j%C3%A1-foi-v%C3%ADtima-de-algum-tipo-de-viol%C3%Aancia-revela-estudo/a-59929407>

POLÍTICA NACIONAL DE IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO – II(Revisão da PNIEG II) <https://fecong.d.org/pdf/crianca/PNIEG%20IIrevisao07Mar%C3%A7o2017.docx>